

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Pedro de Castro Pereira de Biaso

**APARELHOS IDEOLÓGICOS E REPRESSIVOS DO ESTADO: UM OLHAR ALTHUSSERIANO
SOBRE A MÍDIA EM JUNHO DE 2013**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim.

Juiz de Fora

2016

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Pedro de Castro Pereira de Biao**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número **201472139A**, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **APARELHOS IDEOLÓGICOS E REPRESSIVOS DO ESTADO: UM OLHAR ALTHUSSERIANO SOBRE A MÍDIA EM JUNHO DE 2013**, desenvolvido durante o período de **01/10/2016 a 25/01/2017** sob a orientação do **Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim**, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

PEDRO DE CASTRO PEREIRA DE BIASO

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

APARELHOS IDEOLÓGICOS E REPRESSIVOS DO ESTADO: UM OLHAR ALTHUSSERIANO SOBRE A MÍDIA EM JUNHO DE 2013

Pedro de Castro Pereira de Biaso¹

RESUMO:

O direito a cidade é uma das pautas mais atuais da política social brasileira. O Movimento Passe Livre (MPL), fundado em 2005, busca através da luta social melhores condições para o transporte público e do Passe Livre. Em junho de 2013, os protestos convocados pelo MPL pela redução da tarifa de transporte público tomaram uma proporção inimaginável. No que ficou conhecido como “Jornadas de Junho” o Brasil se deparou com a maior onda de protestos desde o movimento dos “Caras Pintadas” em 1992. A repercussão destas manifestações, no entanto, foi abordada pela mídia brasileira de forma absolutamente parcial e diversos meios de comunicação utilizaram suas colunas políticas para criar um clima de tensão e ódio entre manifestantes e Policiais Militares nas ruas. Os órgãos de imprensa paulistanos aqui analisados – a saber, *Revista Veja*, *O Estado de S. Paulo (Estadão)* e *Folha de São Paulo* – evidenciam seu papel como Aparelho Ideológico do Estado (AIE), nos termos de Louis Althusser, trabalhando para legitimar a ideia de que os movimentos sociais são criminosos e assim munindo os Aparelhos de Repressão do Estado (ARE) para sufocar os manifestantes.

PALAVRAS-CHAVE: Marxismo, Althusser, Estado, Meios de Comunicação, MPL

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho pretende alinhar possíveis constatações provenientes das teorias althusserianas para elucidar o posicionamento dos setores da mídia nacional em relação aos “grandes protestos” no ano de 2013. Esta tentativa tem como princípio apresentar o dinamismo existente nas constatações de Louis Althusser. Este “resgate” das ideias de Althusser é, neste momento, algo importante, visto a maior abertura da academia brasileira em retomar discussões tidas como “mortas” em períodos consideravelmente curtos.

O diálogo proposto segue as constatações sobre a postura dos AIE (aparelhos ideológicos de estado), mais especificamente tratando do AIE de informação, repercutindo nos ARE (aparelhos repressivos de estado). Esta junção e operação conjunta da noção de Estado e Aparelhos de Estado são cruciais na compreensão dos acontecimentos de âmbito nacional no ano de 2013.

A releitura teórica encontrada neste trabalho é amparada na provas materiais evidenciadas nas publicações escolhidas, buscando, de certa forma, privilegiar na análise veículos de informação com certa “abrangência” nacional, número alto de tiragens ou acessos online.

1. LOUIS ALTHUSSER E OS APARELHOS DE ESTADO

1.2 LOUIS ALTHUSSER, HISTÓRICO E OBRA:

Conhecido por seu alinhamento teórico com o pensamento estruturalista, mesmo fazendo questão de esclarecer que o pensamento estruturalista era próximo a uma ótica de ideologia burguesa, Althusser ainda divide importância na construção das análises discursivas presentes na linguística. Sua noção de “ideologia” é amplamente trabalhada por Pêcheux, que na esteira do pensamento sausseriano propõe a elaboração de uma

¹Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: pedrobiaso@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim.

teoria materialista da ideologia conjunta ao discurso, ramificações que tem como início a reprodução/transformação das relações de produção, algo “para além do sujeito”. Esta construção conjunta das ideias althusserianas e proposições da teoria crítica marxista foram de grande valia nos estudos discursivos, alargando a conceituação sobre língua e suas funções nas relações sociais.

Outro grande bloco da teoria althusseriana amplamente debatido é a visão crítica do autor ao economicismo e humanismo presente nas leituras de Marx. Estas constatações propõem a divisão e/ou ruptura entre “períodos de Marx”. O primeiro, um jovem Marx (com fortes traços ideológicos, na visão de Althusser ainda não pode ser considerado um teórico marxista); um segundo Marx surge na transição do ideológico para um estado mais ligado ao processo de constituição de um “corpo conceitual” do que viria a ser sua grande obra; por último, temos um Marx “maduro”, responsável pela construção do conceito de materialismo histórico, e possíveis metodologias ditas “marxistas”.

As “aberturas” na compreensão das ideias marxistas colocaram Althusser em constante embate. A ideia de “corte epistemológico” carrega um debate focado em desmentir a noção de falso-humanismo na teoria marxista e romper com a leitura de que para Marx, a força motriz dos processos históricos e sociais seria a constituição e desenvolvimento das forças produtivas. Tais proposições de debate levaram a crer que o “caminho linear” até o comunismo era algo falso, relegando a história ao infortúnio e incertezas presentes na luta de classes. A leitura que possibilitou este “corte” de Althusser passa, sem sombra de dúvidas, pelo *O Capital*. Esta nova “visão” sobre a obra de Marx remete o autor à constatação que superestrutura já não é determinada, mas pode agora apresentar centralidade na reprodução das relações sociais. A inversão proposta pelo entendimento althusseriano da teoria marxista coloca esta em oposição direta frente à concepção da dialética hegeliana. Na primeira temos uma sobredeterminação da contradição, ao passo que a segunda se apresenta como um desdobramento de algum princípio interno. Assim, a dialética marxiana nunca é observável como algo “puro”, pois sua construção é proveniente de inúmeras determinações que direcionam para um determinado objeto.

A concepção de “sujeito” tanto para Althusser quanto para Pêcheux não corresponde ao ideal de “liberdade total sobre suas ações”. Seja na construção discursiva e na escolha dos vernáculos empregados, como no processo social, ambos correspondem a fenômenos objetivos que remetem a operações de reprodução existentes na superestrutura. Esta conclusão sobre a “nova centralidade” da superestrutura, agregada a vontade de transpor as limitações apresentadas na leitura hegeliana dos textos marxianos, coloca Louis Althusser em posição central sobre possíveis rumos e aberturas das ideias de Marx, seja na ampliação de conceitos ou na delimitação de “finitude” das análises marxistas, o autor sempre primou por um objetivo além do teórico, construindo projetos políticos e sociais.

1.2 RESGATE DOS CONCEITOS DE “ESTADO” E “APARELHOS DE ESTADO” NA OBRA DE KARL MARX:

As constatações althusserianas acerca do papel e da constituição do “Estado” têm fundamento na construção deste conceito na teoria marxista. Antes de simplesmente reconhecer o Estado como algo “perfeito” (prisma hegeliano de reflexão) ou simplesmente dizer que este surgiu de algum “pacto”, a tradição marxista procura compreender o Estado como uma máquina de repressão, algo que é gerido no ideal de assegurar a dominação da classe operária pelas classes dominantes, e assim obter a mais-valia. A primeira prerrogativa do Estado é compreender que este é o “Aparelho do Estado”, todos os funcionamentos de suas instituições estão compreendidos na própria autonomia do conceito Estado. No texto *Glosas Críticas Marginais ao Artigo - O Rei da Prússia e a Reforma Social De um Prussiano*, ficam evidentes as contradições coexistentes no interior do Estado, visto que este é aparelhado por uma força repressiva (exército, polícias, corporações militares), chefe de estado (nos estados nacionais esta figura fica a cargo do poder executivo), o governo e a administração (representação de todas as instituições burocráticas e ambos os poderes judiciário e legislativo, esta lógica é visível nos estados nacionais atuais). Dessa forma, o poder/função do Estado transita entre execução e/ou intervenção repressiva, mantendo uma relação estreita com a “classe dominante”. Esta “incapacidade” do Estado de corrigir através “dele” e ao mesmo tempo “nele” as moléstias sociais, demonstra que o próprio Estado não considera a sua existência uma “fonte” de problemas, buscando análises e soluções quanto aos problemas exteriores a ele. Recorro a este trecho de Karl Marx (2011, p. 148) para contextualizar tal fato:

“O Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade. Quando o Estado admite a existência de problemas sociais, procura-os ou em leis da natureza, que nenhuma força humana pode comandar, ou na vida privada, que é independente dele, ou na ineficiência da administração, que depende dele. (...) Finalmente, todos os Estados procuram a causa em deficiências acidentais intencionais da administração e, por isso, o remédio para os seus males em medidas administrativas. Por que? Exatamente porque a administração é a atividade organizadora do Estado.”

Nesta lógica sobre o funcionamento do Estado é possível observar uma “dependência” do mesmo para com a sociedade civil, tendo como base a contradição entre público e privado. Sobre a “natureza” desta relação (op. cit., p. 149):

“Mais ainda, frente às consequências que brotam da natureza a-social desta vida civil, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, frente a estas consequências, a impotência é a lei natural da administração.”

Uma questão a ser levantada, é a função do instrumento de manutenção responsável pelo antagonismo entre as “vontades” do particular e os “interesses” gerais. Caracterizada por esta “manutenção” de antagonismos, a máquina estatal é, historicamente, reconhecida por suas funções de opressão sobre as classes, não importando qual a sua formação (imperial, democrática ou absoluta), sobre a opressão e a posição do Estado (op. cit., p. 149):

“A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis. O Estado antigo e a escravidão antiga – fracas antíteses clássicas – não estavam fundidos entre si mais estreitamente do que o Estado moderno e o moderno mundo de traficantes, hipócritas antíteses cristãs.”

A opressão dos trabalhadores está diretamente ligada ao campo onde travam suas lutas. A política é fundamental na transição revolucionária, porém o campo escolhido deve ser o social. A política perderia seu sentido assim que as desigualdades e antagonismos de classes desaparecessem.

Retomando o objeto do Estado, é pertinente destacar que este só produz sentido e tem sentido quando reconhecido dentro do processo que visa viabilizar a manutenção ou tomada do poder de Estado, mas ainda reconhecendo a diferenciação entre o Estado e seus aparelhos. Exemplo clássico para demonstrar como os aparelhos de estado podem permanecer mesmo após uma guinada do poder é a “okhrana”, polícia czarista russa que após a revolução tem sua estrutura hierárquica quase totalmente aproveitada, demonstrando como um aparelho de estado pode resistir para além do Estado titular de sua criação.

Seguindo esta linha teórica, a luta de classes deve buscar o poder do Estado, pois apenas esta tomada pode causar uma ruptura real no aparato burguês de dominação, só assim buscando o fim do Estado e de seus aparelhos de estado. Nas palavras de Marx (op. cit., p. 154) “Toda revolução dissolve a velha sociedade; neste sentido é social. Toda revolução derruba o velho poder; neste sentido é política.” A busca pela instauração de uma comunidade que “verdadeiramente” propusesse o encontro da essência humana, esta comunidade só é possível por meio de uma revolução social. O conceito de revolução social é focado na real transformação das “bases” da sociedade civil, assim, modificando visivelmente e essencialmente a ordem social vigente. A busca pela dissolução do Estado esta calcada na diferenciação entre “emancipação política” e “emancipação humana”, a emancipação política representa significativas mudanças na vida social, porém esta não pode operar o fim da rede de sustentação do poder político. A emancipação humana corresponde à transformação do “cerne” social, modificando as relações sociais.

A visão construída por Marx nas “Glosas Críticas”, continuidade do trabalho desenvolvido nos “Manuscritos de Kreuznach”, cristaliza sua posição sobre o teor e o fazer da política, propondo ao proletário uma nova saída que não corresponde ao “digladiar” eterno do jogo político. Este pensamento pode receber uma titulação errônea quando interpretado pela simples compreensão da chave humanista, onde Althusser,

posteriormente, pretende realizar um resgate destas ideias.

2. PROTESTOS E INCITAÇÃO DE ÓDIO PELA MÍDIA PAULISTA

2.1 FORMAÇÃO DOS PROTESTOS

As manifestações não do mês de Junho de 2013 não se construíram sobre o prisma da tomada do poder e do Estado. Mas apresentaram-se como uma disputa no campo social, de ocupação de espaços públicos e embate real com o estado. Demonstrando o início da crise com o campo político representativo. Tendo sido construída de forma mais ampla em algumas cidades do Brasil permaneceram de Junho até Julho do mesmo ano, porém, neste segundo mês, com um caráter mais organizado, dirigido pelas centrais sindicais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e partidos políticos aliados a base governista do Partido dos Trabalhadores. Este segundo momento – Julho – não será tratado aqui de forma especial e focaremos especificamente em Junho.

Observaremos a partir da análise de Ricardo Antunes as bases que de acordo com ele levaram as maiores manifestações populares do Brasil desde o impeachment de Collor em 1992, chegando a ter duas milhões de pessoas as ruas em seu auge. A primeira seria a de causalidade interna, oriunda do entendimento de que os governos desde os anos 1990 – com Fernando Henrique Cardoso, e depois de forma mais branda e desacelerada, após passar por leves alterações com Lula e Dilma Rousseff – eram voltados ao desenvolvimento capitalista internacional, baseado no mercado financeiro, com concessões as privatizações e desregulamentação dos capitais, “tendo os interesses do grande capital como prioritários” e que com isso criava-se mal-estar social” (ANTUNES, 2013, p.38). Este molde neoliberal estaria beirando a exaustão e fazendo com que: (op. cit., p. 38)

“A população não suporta mais o transporte privatizado, a saúde precarizada, degradada (e também privatizada em grande parte), o ensino público profundamente degradado e abandonado. A população, portanto, parece que está chegando a seu ponto de saturação e esgotamento, causados por essa mercadorização da res publica, tipicamente neoliberal.”

Esta primeira curva seria acentuada pela Copa das Confederações e as obras organizadas para a realização da Copa Do Mundo de Futebol da FIFA. A população passava a perceber os gastos abusivos e as contradições entre os estádios de primeiro mundo de uso quase exclusivo das classes médias e elites e a exclusão da massiva parcela da população pobre e seus entornos, relegados ao descaso do Estado.

O cenário internacional que também passava por um momento de eclosão política só fez reforçar os pontos anteriores. A Primavera Árabe, manifestações em toda Europa, em especial na Grécia e Espanha, além do Occupy Wall Street nos Estados Unidos entre outros tinha como marca característica a ocupação de espaços públicos como praças e ruas. Segundo Antunes (op. cit, p. 39):

“Tal ocupação significa que a população não suporta mais a atual forma degradada de institucionalidade, seja no caso dos países do Oriente Médio com suas ditaduras, seja no caso dos países do ocidente com seu modelo de “democracia burguesa” só para os ricos.”

Estas “curvas” da história se passam a se encontrar a partir de greves em investimentos do governo, como o PAC, as paralizações nas obras dos estádios, rebelião de Jirau e outras manifestações mais pontuais. Após estas manifestações, o aumento da tarifa de ônibus em todo país cria um ponto de interseção onde estas curvas se encontram e criam o ponto de ebulição para Junho de 2013 acontecer.

Mesmo com o caráter plural, polissêmico e heterogêneo que as ocupações tomaram, Antunes (op. cit, p. 40) pontua uma característica importante, e que, não deve ser excluída:

“E estas manifestações, com todas suas particularidades e singularidades, têm algo em comum: as massas populares se apropriam do espaço público, das ruas, das praças, exercitando práticas mais plebiscitárias, mais horizontalizadas, além de estampar um descontentamento em relação tanto às formas de representação e de institucionalidade que

caracterizam as “democracias” vigentes nos países capitalistas, como aquelas com clara feição ditatorial, como ocorre em vários países do Oriente Médio.”

2.2 EDITORIAIS DA REPRESSÃO

As reportagens aqui transcritas são fruto do posicionamento e reposicionamento da grande mídia nacional sobre os “atos” e “protestos” que repercutiram em todo o país. Visto a abrangência dos protestos, optei por analisar reportagens que destaquem o período do 1º ato até o 4º ato na cidade de São Paulo capital, pois a construção discursiva apresentada neste dado momento não variou tão bruscamente como posteriormente, tomando outra forma e sem dúvidas outra abrangência.

O primeiro ato tem início no dia 03/06/2013, porém a construção do Movimento Passe Livre (MPL) não acompanha esta data. Com mais de dez anos o MPL tem sua carta de princípios elaborada em 2005, sofrendo modificações em 2007, mas mantendo o teor das reivindicações sobre direitos relacionados ao transporte e a luta contra a mercantilização do serviço de transporte público. O primeiro ato contra o aumento da tarifa de transporte público urbano em São Paulo teve sua estruturação em uma reunião da MPL, porém a disseminação da informação sobre o movimento e os locais de encontro foi acertada nas redes sociais (*Facebook e Twitter*). Esta abrangência dos protestos organizados pelo MPL, recentemente, acompanham o histórico de luta do movimento, visto a menor adesão nos atos de 2006 e 2011, mas uma tendência de crescimento no número de adeptos. Esta insistência sobre as pautas, aliada a conjuntura já analisada proporcionou algo totalmente novo na história do movimento.

Veza ou outra a mídia nacional apresenta uma “fórmula” de como o conceito de cidadania deve ser exercido em uma democracia, porém estas divagações foram implodidas frente à diversidade de movimentos envolvidos nos atos e a própria revogação da ideia de cidadania tão explorada. Contando com diversas frentes, os atos conseguiram reunir partidos da esquerda brasileira (PSTU, PSOL, PCO, Juventude do PT), coletivos organizados, Centros Acadêmicos universitários, associações nacionais de estudantes (União Nacional dos Estudantes, Assembleia Nacional dos Estudantes Livres, União Brasileira de Estudantes Secundaristas, além de associações de pós graduandos e outras entidades) e manifestantes solidários as pautas reivindicadas. Retomando a falência deste clichê de manifestante imaginário proposto pela grande mídia nacional, obtemos o real motivo do porquê estes atos foram tão importantes na releitura da conjuntura nacional dos meios de comunicação, expondo a estreita relação dos meios de comunicação e das forças policiais.

Para evidenciar o afastamento da mídia sobre o real teor das reivindicações e propostas do MPL e seus agregados, penso ser coerente destacar trechos na íntegra retirados de três grandes portais de informação: *Revista Veja*, *O Estado de S. Paulo (Estadão)* e *Folha de São Paulo*. A primeira notícia é da coluna “Opinião” do jornal *O Estado de S. Paulo*, publicada no dia 13 de junho de 2013:

“No terceiro dia de protesto contra o aumento da tarifa dos transportes coletivos, os baderneiros que o promovem ultrapassaram, ontem, todos os limites e, daqui para a frente, ou as autoridades determinam que a polícia haja com maior rigor do que vem fazendo ou a capital paulista ficará entregue à desordem, o que é inaceitável. Durante seis horas, numa movimentação que começou na Avenida Paulista, passou pelo centro - em especial pela Praça da Sé e o Parque Dom Pedro - e a ela voltou, os manifestantes interromperam a circulação, paralisaram vasta área da cidade e aterrorizaram a população.

O vandalismo, que tem sido a marca do protesto organizado pelo Movimento Passe Livre (MPL), uma mistura de grupos radicais os mais diversos, só tem feito aumentar. Por onde passaram, os cerca de 10 mil manifestantes deixaram um rastro de destruição - pontos de ônibus, lojas, nove agências bancárias e ônibus depredados ou pichados. Uma bomba foi jogada na Estação Brigadeiro do Metrô e a Estação Trianon teve os vidros quebrados. Em algumas das ruas e avenidas por onde circularam, principalmente a Paulista, puseram fogo em sacos de lixo espalhados para impedir o trânsito e dificultar a ação da Polícia Militar (PM). (...) A PM agiu com moderação, ao contrário do que disseram os manifestantes, que a acusaram de truculência para justificar os seus atos de vandalismo. Num episódio em que isso ficou bem claro, um PM que se afastou dos companheiros, nas proximidades da Praça

da Sé, quase foi linchado por manifestantes que tentava conter. Chegou a sacar a arma para se defender, mas felizmente não atirou.

Em suma, foi mais um dia de cão, pior do que os outros, no qual a violência dos manifestantes assustou e prejudicou diretamente centenas de milhares de paulistanos que trabalham na Paulista e no centro e deixou apreensivos milhões de outros que assistiram pela televisão às cenas de depredação.

O reconhecimento por parte de dirigentes do MPL de que perderam o controle das manifestações, assim como a diversidade dos grupos que o compõem - anarquistas, PSOL, PSTU e juventude do PT, que têm em comum o radicalismo -, não atenuam a sua responsabilidade pelo fogo que atearam. Embora fragmentado, o movimento mantém sua força, porque cada grupo tem seus líderes, e eles já demonstraram sua capacidade de organização e mobilização. Sabem todos muito bem o que estão fazendo (...)."

A utilização de expressões como "entregue à desordem", "vandalismo", "grupos radicais", "PM agiu com moderação", "dia de cão" e "depredação" são apenas alguns dos exemplos proporcionados por esta matéria, demonstrando o afastamento discursivo proposto pelo grupo da redação. Continuando com o apanhado de notícias, recorro ao Editorial: "Retomar a Paulista" da divisão "Opinião", publicado em 13 de junho de 2013, pela *Folha de São Paulo*:

"Oito policiais militares e um número desconhecido de manifestantes feridos, 87 ônibus danificados, R\$ 100 mil de prejuízos em estações de metrô e milhões de paulistanos reféns do trânsito. Eis o saldo do terceiro protesto do Movimento Passe Livre (MPL), que se vangloria de parar São Paulo --e chega perto demais de consegui-lo.

Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3 para R\$ 3,20 --abaixo da inflação, é útil assinalar-- não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados.

Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: transporte público de graça. O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista. O que vidraças de agências bancárias têm a ver com ônibus?

Os poucos manifestantes que parecem ter algo na cabeça além de capuzes justificam a violência como reação à suposta brutalidade da polícia, que acusam de reprimir o direito constitucional de manifestação. Demonstram, com isso, a ignorância de um preceito básico do convívio democrático: cabe ao poder público impor regras e limites ao exercício de direitos por grupos e pessoas quando há conflito entre prerrogativas.

O direito de manifestação é sagrado, mas não está acima da liberdade de ir e vir --menos ainda quando o primeiro é reclamado por poucos milhares de manifestantes e a segunda é negada a milhões. (...) No que toca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: a força da lei. Cumpre investigar, identificar e processar os responsáveis. Como em toda forma de criminalidade, aqui também a impunidade é o maior incentivo à reincidência."

Para além das expressões equivocadas como "ideologia pseudorrevolucionária", "objetivo central do grupelho", "irrealismo da bandeira", "vandalizar", "a ignorância de um preceito básico do convívio democrático", o posicionamento deste editorial deixa bem claro o processo de desinformação quanto ao real papel da inflação sobre o valor das passagens, *obscurecendo* o processo licitatório e mais uma vez delimitando "o que é ser cidadão" dentro de um protesto, além da clara caracterização dos manifestantes como criminosos, acessando um pedido (falso) da sociedade civil por uma ordem repressora operada pela polícia.

O último editorial aqui analisado “Meu protesto — É fogo em nós? Fogo neles” foi publicado pela *Revista Veja* na sessão Política & Cia, no dia 15 de junho de 2013, escrito pelo colunista Neil Ferreira:

“Fogo deles se responde com fogo neles, é legítima defesa. São Paulo está sob intenso ataque, numa guerra suja e covarde, que a mídia assustada chama de “Protesto”, protesto uma pinoia; terrorismo. É fogo neles se mandarem fogo em nós. (...) É cada vez mais violento, incendiando e destruindo o transporte público no qual exigem viajar sem pagar, paralisando a cidade e prejudicando a massa trabalhadora que vive em São Paulo.

O MPL tem apoio de organizados quadros do PSTU, PCO, PSOL, setores do PT, UNE, PDZ (Partido Zé Dirceu), que não trabalham e vivem de mesada oficial, dando uma banana pra quem sua a camisa. E de estudantes riquinhos de escolas particulares de grife, já beneficiados pelo Passe Livre que desfrutam nos carros de luxo das mães e dos papais. Não poucos, vão e voltam das manifestações com motoristas bem educados, que se mantêm distantes da baderna. (...) Buscam confronto violento com a PM para a produção de um cadáver jovem e heroico, cujo corpo possa ser carregado pelas ruas e conseguir repercussão mundial. (...) Em outra eleição, o PT uniu-se ao PCC (Primeiro Comando da Capital), disciplinado e bem armado exército do crime organizado, formando o PTCC para paralisar São Paulo pelo terrorismo a cada subida do Alckmin nas pesquisas. (...) Dilma caindo, Alckmin subindo, Aécio dando um salto de 40%, baderna nas ruas. Com 51 pontos de intenção de votos, Dilma pode vencer com folga. Se cair para 49, vamos começar a sentir o mau cheiro de “Lula-lá” em 2014(...).”

O posicionamento político presente nos editoriais da *Revista Veja* são visivelmente alinhados com alas mais conservadoras da sociedade brasileira, destacando um teor neoliberal por parte dos colunistas, onde projetos como a “tarifa zero” passam a ideia de assistencialismo barato e busca de referenciais em governos ditatoriais. Porém, esta opinião é desconstruída quando colocada em oposição às medidas propostas por integrantes destes grupos ditos “vândalos”.

Tendo como referenciais estes três editoriais é possível compreender o distanciamento da mídia nacional para com as temáticas sociais, não apenas criticando uma “parcialidade” dos grandes veículos de mídia, mas uma série de análises equivocadas sobre as demandas sociais, a incoerência discursiva entre “pacifismo” e “democrático” alavancam as ações violentas por parte da polícia.

2.3 APARELHOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO (AIE) E APARELHOS REPRESSIVOS DO ESTADO (ARE)

Para auxiliar a compreensão da utilização do AIE de informação, retomo os conceitos althusserianos de AIE e ARE. Os AIE (aparelhos ideológicos de Estado) e os ARE (aparelhos repressivos de Estado), compreendem uma junção, onde ambos são dependentes. Esta junção ainda respeita a diferenciação entre as diferentes dimensões da dominação burguesa. Observando a divisão infra-estrutura/superestrutura, percebemos que a existência da segunda é baseada na primeira, porém a segunda é detentora do Estado e da ideologia. Sobre “Estado” devemos pontuar que este é reflexo direto da classe dominante, onde os meios de repressão (dominados pela burguesia) são colocados a prova frente os operários (dominados). Sobre os ARE podemos citar a polícia, tribunais, presídios, que pelo uso ou ameaça de uso da força asseguram os interesses da classe dominante. Os AIE são constituídos por: Informação, Igrejas, Escolas, Família, Política, Sindicatos, Cultura. Ainda podemos perceber aparelhos ideológicos que são AIE e ARE ao mesmo tempo. Para efeito de análise, podemos dizer que os AIE são relegados ao privado e os ARE ao público. Assim, os AIE operam preferencialmente por meio da ideologia (dominante), salvo casos como violentas exclusões, seleções e sanções aplicadas por igrejas e instituições do tipo, enquanto os ARE por meio da força. A reprodução da ideologia burguesa consiste em manter a reprodução das relações de produção, constatação produzida por Althusser ao inverter a compreensão da infraestrutura gerando a superestrutura, assim demonstrando a importância de um AIE como o de informação.

De acordo com Althusser, citado por Slavoj Žižek (1999, p. 140), pode-se retirar uma boa ideia sobre o papel da mídia nacional:

“É por isso que os AIEs não são a realização da ideologia em geral, nem tampouco a realização sem conflito da ideologia da classe dominante. A ideologia da classe dominante não se transforma na ideologia dominante pela graça divina, nem em virtude da simples tomada do poder estatal. É através da instauração dos AIEs, em que essa ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna a dominante. Mas essa instauração não se faz sozinha; ao contrário, é o pivô, de uma luta de classes muito acirrada e contínua, primeiro contra as classes dominantes anteriores e sua posição nos velhos e novos AIEs, e depois contra a classe dominada.”

Utilizando os três trechos citados anteriormente, retomo a noção de ideologia presente na imprensa brasileira, que constantemente faz afirmações sobre seu caráter "apartidário" e imparcial, buscando apenas a apresentação dos "fatos" e averiguação da verdade. Porém, na construção discursiva apresentada nos editoriais, fica evidente uma linha que transpassa as ideias apresentadas: o caráter neoliberal e relutante quanto quaisquer discussões sobre possíveis "práticas intervencionistas" (na visão dos comentaristas, que titulam erroneamente as "medidas intervencionistas" como práticas assistencialistas ditas de esquerda, o "bem-estar social" presente no neoliberalismo é algo considerado "perfeito") e uma compreensão distorcida sobre o conceito de cidadania no governo democrático, criminaliza os movimentos sociais e impossibilita articulações provenientes destes.

Seguindo esta linha de raciocínio que busca desarticular o discurso apartidário e não ideológico da imprensa profissional brasileira, dizer que as estruturas ideológicas não explicam mais o dinamismo das opiniões geradas e propagadas pelos meios de comunicação é primar por uma linha de pensamento extremamente "pós-moderna". Mas esta troca epistemológica seguida de uma retomada ao conceito de "fato/essência" (antiga preocupação da filosofia grega) agregada a ideia de "descrição técnica dos acontecimentos" nada mais é do que um subterfúgio para descaracterizar possíveis críticas direcionadas a escolha ideológica dos veículos de mídia. Relacionando o campo de ação político e a função dos jornais, fica claro que estes "disputam" a propagação de ideias, porém a atuação deste meio de informação não busca visões políticas, mas, pelo contrário, objetiva a mercantilização de interesses, que mudam de acordo com os subsídios recebidos. Visando assim um tipo de governo que assegure determinados interesses próprios, os jornais reproduzem e colaboram na manutenção da ideologia dominante. O exemplo desta "escolha ideológica" presente nos jornais é a ênfase que todos os editoriais aqui transcritos dão à propriedade privada, remontando como a escolha por análises específicas é um sinal, gritante, da parcialidade e função de AIE dos meios de comunicação.

Logo, ao analisar o posicionamento repressivo dos trechos escolhidos, o compromisso político/ideológico proposto nos remete a uma classe, este AIE, representado na informação, serve de apoio à ideologia dominante e por isso defende a utilização dos aparelhos repressivos de estado. Ainda é coerente dizer que o posicionamento escolhido pelos jornais destacados não busca apoiar um "governo", mas sim amparar o sistema econômico e certas práticas sociais. A existência de críticas e denúncias nestes AIE de informação não descaracteriza a reprodução da ideologia dominante, visto que o processo de luta das ideias acontece no interior de qualquer sistema, no caso o neoliberalismo.

Quando retomamos a eleição e reeleição do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ficam claros os desafios provenientes desta "sombra" neoliberal, onde estes aparelhos/instrumentos da classe dominante foram ponto chave para construção de uma hegemonia no país. Esta opção por um governo com traços neoliberais, afinou as possíveis construções dos governos petistas, visto a forte presença do discurso neoliberal. A compreensão de um estado quase "zero" e uma eminente responsabilidade econômico-social nas mãos do mercado dificulta a participação do Estado como vetor de diminuição das desigualdades sociais, participação esta que é constantemente questionada pelos veículos de informação reprodutores do neoliberalismo.

3. O PAPEL DA INFORMAÇÃO PARCIAL:

Tendo como centralidade ideológica um pensamento elitista, o discurso modernizador presente nos meios de comunicação não se diferem dos preceitos mais antigos de "progresso" do século XIX, visto que este processo de vinda do moderno é pautado por um conjunto de operações que cerceia o conceito de cidadania tão

almejado no discurso democrático, dada a discrepância de oportunidades e a reprodução contínua de uma ideologia que não altera as relações de dominação. A busca pela reprodução técnica do “fato” cede lugar à reprodução de uma hegemonia, descaracterizando completamente o discurso apresentado pelos meios de comunicação, o imparcial, como fato objetivo na análise destas construções discursivas é algo inexistente.

Assim, a inversão do conceito de "criminoso x vítima" é algo amplamente utilizado na estrutura dos editoriais de grande circulação, uma vez que a desconstrução do processo de luta é indispensável para a preservação das relações de produção dominantes, proporcionando a contínua exploração de certas classes. Dizer que a mercantilização dos transportes públicos é algo "fictício" e "pseudorrevolucionário", não passa de uma escolha ideológica sobre um conflito de ideias residente dentro do próprio sistema.

O Aparelho Ideológico do Estado como informação é apenas uma ramificação de todo um conjunto de aparelhos operando por trás do sistema de exploração de classe, mas é conceito central na compreensão da violência policial nos atos contra o aumento da tarifa, e, além disso, na posterior legitimação destas práticas violentas em outras manifestações de contestação e abertura de diálogo contra a ideologia dominante. As teorias althusserianas sofreram grandes críticas quanto à validade e alcance explicativo frente às novas concepções de indústria cultural e papel das instituições, mas isso não retira o potencial elucidador e emancipador proposto por Althusser. A percepção de uma nova ideia de “classe revolucionária” é ponto chave no debate sobre os AIE e ARE, demonstrando a atualidade das análises althusserianas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALTHUSSER, Louis. **“Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado”**. IN ZIZEK, Slavoj. Um Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

EDITORIAL. **Retomar a Paulista**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>>. [descarregado em: 22/06/2013]

FERREIRA, Neil. **Meu protesto — É fogo em nós? Fogo neles**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/tag/pm/>>. [descarregado em: 25/06/2013]

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”**. De um prussiano. Primeira Edição: Vorwärts, nº 63, sete de agosto de 1844. Fonte: Revista Praxis, n. 5, Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1995. Tradução de: Ivo Tonet. Transcrição de Sérgio Coutinho. In: Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 3, n.1, p. 142-155-; fev. 2011. Disponível em: <http://pt.scribd.com/document_downloads/direct/143964462?extension=pdf&ft=1370622136<=1370625746&user_id=56286320&uahk=JheyHuwa+RgCPjY0ezG8wKYsPYc>. [descarregado em: 9/06/2013]

MARXISTS INTERNET ARCHIVE. **Louis Althusser - Secção em Português**. 2008. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/althusser/>>. [descarregado em: 23/06/2013]

OPINIÃO. **Chegou a hora do basta**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,chegou-a-hora-do-basta-,1041814,0.htm>>. [descarregado em: 25/06/2013]

ANTUNES, Ricardo. **As rebeliões de Junho de 2013**. Observatório Social de América Latina. Cidade do México, nº 34. Nov, 2013. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D9113.dir/osal34.pdf#page=38>